

# **RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO**

DIAS 19 E 20 DE JULHO DE 2006

ANFIATEATRO TÉRREO – MINISTÉRIO DA CULTURA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS  
BRASÍLIA - DF

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE  
**funarte**  
CENTRO DAS ARTES CÊNICAS

## SUMÁRIO

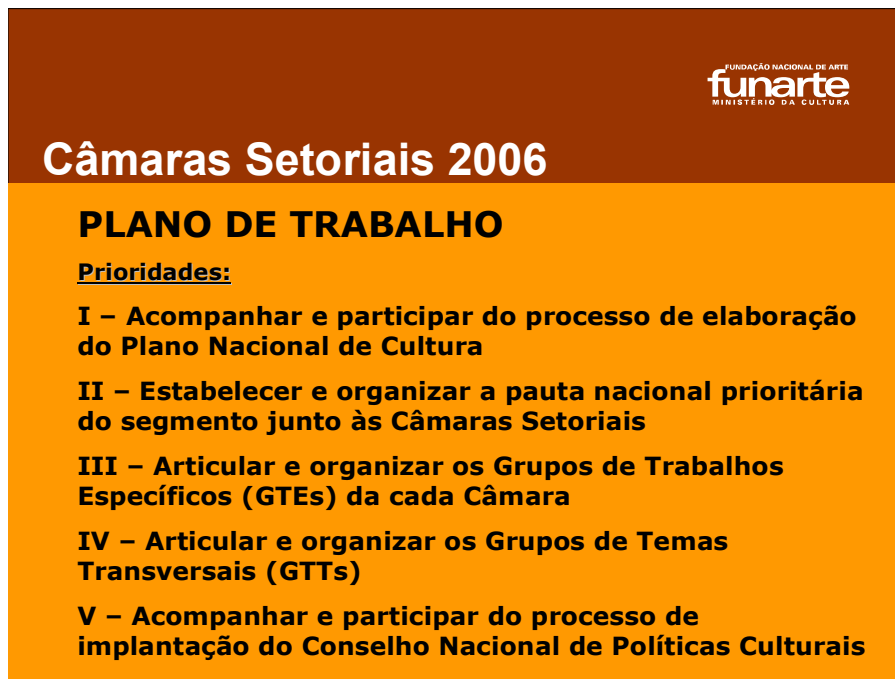
- 1. Abertura**
- 2. Balanço dos Prêmios Myriam Muniz (teatro) e Klauss Vianna (dança)**
- 3. Apresentação da metodologia de elaboração do Plano Nacional de Cultura**
- 4. Apresentação das mudanças na Lei Federal de Incentivo à Cultura**
- 5. Definição dos Grupos de Trabalhos Específicos do Teatro e escolha de representantes**
- 6. Apresentação da proposta de criação dos Grupos de Trabalhos sobre temas Transversais/ GTTs das Câmaras Setoriais**
- 7. Eleição das (os) representantes do Teatro para os GTTs**
- 6. Encaminhamentos Finais**

## 1. Abertura

Dia 19/07/2006

O primeiro dia da reunião contou com a integração das Câmaras Setoriais do Teatro e da Dança.

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte e Coordenador das Câmaras Setoriais  
Apresentação do Plano de Trabalho das Câmaras Setoriais em 2006.



**FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE**  
**funarte**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**

### **Câmaras Setoriais 2006**

#### **PLANO DE TRABALHO**

**Prioridades:**

- I – Acompanhar e participar do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura**
- II – Estabelecer e organizar a pauta nacional prioritária do segmento junto às Câmaras Setoriais**
- III – Articular e organizar os Grupos de Trabalhos Específicos (GTEs) da cada Câmara**
- IV – Articular e organizar os Grupos de Temas Transversais (GTTs)**
- V – Acompanhar e participar do processo de implantação do Conselho Nacional de Políticas Culturais**

Documento no íntegro no Anexo

## 2. Balanço dos prêmios Myriam Muniz e Klauss Vianna

Antonio Grassi – Presidente da Funarte

### **Resumo – principais pontos da explanação**

- Salientou a necessidade de reavaliação e aprimoramento dos prêmios para o Teatro e a Dança, que, segundo ele, deve ser um esforço concentrado, tanto da Funarte e do Governo, como da sociedade civil e dos representantes do setor, através das Câmaras Setoriais.

- Entendendo que os Prêmios são editais públicos, defendeu que as comissões de avaliação dos projetos tenham integrantes da Funarte. Atualmente estão sendo compostas por especialistas das áreas que fazem a seleção dos projetos. Os dois prêmios (Miriam Muniz e Klauss Viana) formam uma política pública de fomento para as áreas.

- Explicou que no ano de 2005 não havia orçamento liberado para o lançamento dos prêmios, porém foi buscada uma parceria junto a Petrobras que viabilizou suas realizações, primeiro com o Prêmio Fomento Funarte/Petrobras, no valor de R\$ 2.000.000,00, e mais tarde com R\$ 10.000.000,00 da Petrobras e R\$ 3.000.000,00 da Funarte, a realização dos Prêmios Myriam Muniz e Klauss Vianna.

- Recordou que a organização das dotações orçamentárias e a forma de adequação foi um problema para a Funarte, o que repercutiu também em alguns dos projetos selecionados, uma vez que os selecionados pela rubrica da Petrobras não foram sofreram a incidência de descontos de impostos, pela origem do recurso, mas os projetos selecionados pela rubrica da Funarte sim, em função da legislação tributária e das regras estabelecidas pela Receita Federal.

- Relatou ainda os problemas na composição das comissões de avaliação dos Prêmios para assegurar uma representatividade nacional, onde nem todos os Estados puderam ter representação (uma vez que as Comissões são regionais, atendendo a demanda de descentralização dos programas culturais do Governo federal). Medida esta acertada, pois somente desta forma os Prêmios conseguem atingir todos os Estados brasileiros.

- Por fim, apresentou balanço dos prêmios (Anexo).

### **3. Apresentação da metodologia de elaboração do Plano Nacional de Cultura**

Alfredo Manevy – Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura

Destacou a importância de compreender a cultura com uma abordagem de gestão administrativa, construindo políticas públicas culturais. Citou a desconcentração dos investimentos e das políticas, com uma nova atuação do MINC em diversas áreas do universo cultural brasileiro, antes excluídas da ação governamental. Enfatizou que a atual experiência no MINC no Governo do Presidente Lula e do Ministro Gilberto Gil é uma das melhores em termos de gestão democrática e participativa, dando o exemplo das Câmaras Setoriais, da criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, do processo da Conferência Nacional e da construção do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura.

Enfatizou que o Plano Nacional de Cultura será construído, no que se refere ao campo das artes, a partir da plataforma de proposições elaboradas pelas Câmaras Setoriais e também nesta experiência no que se refere às demais áreas, uma vez que trata-se de diagnosticar a situação em cada setor e elaborar propostas e projetos que viabilizem políticas públicas gerais e específicas. Disse também que o Plano será o operacionalizador do Sistema Nacional de Cultura, uma vez que suas diretrizes deverão ter alcance nacional, colaborando para a articulação das ações públicas culturais nas três esferas da federação.

Apresentação do Plano Nacional de Cultura – ver Anexo

#### **4. Apresentação das mudanças da Lei Federal de Incentivo à Cultura**

Marco Acco – Secretário de Fomento do Ministério da Cultura

Apresentou um balanço atualizado do desempenho da Lei Federal de Incentivo à Cultura, comparando o número de projetos apresentados anualmente e os percentuais de captação alcançados em cada área, em especial nas artes cênicas, grupo que segue sendo o que mais utiliza o instrumento. No universo das artes cênicas, mostrou que o teatro é o setor que mais utiliza a Lei, sendo seguido pela dança. Salientou também as dificuldades do setor circense, evidenciadas pela colocação deste grupo no que menos se beneficia. Apresentou posteriormente as modificações realizadas por decreto na Lei de Incentivo a Cultura, e que, segundo ele, tiveram como norte a superação de algumas contradições evidenciadas e principalmente garantir a acessibilidade do público, da população, aos projetos incentivados.

Ver Anexo

#### **5. Definição dos Grupos de Trabalhos Específicos do Teatro e escolha dos representantes**

A Câmara Setorial já havia priorizado as propostas do teatro na última reunião, abaixo descritas, já com os encaminhamentos para os GTEs e/ou GTTS:

#### **DIRETRIZES**

##### **FOMENTO – ações para o GTE Fomento(Produção e Difusão)**

1. Implantar uma lei, em escala nacional, para o fomento ao teatro no país.
2. Programa de Implantação e/ou revitalização de teatros em todos os municípios, garantindo ações que possibilitem a cessão e manutenção de espaços públicos ociosos para atividades teatrais.
3. Abertura de linhas de crédito para recuperação de teatros (públicos e privados) e produção teatral.
4. Aparelhamento de espaços culturais novos e manutenção dos já existentes.

##### **FORMAÇÃO – ações para o GTT Minc/Mec e outros**

- 1- Interface entre cultura e educação com participação igualitária da sociedade no grupo de trabalho interministerial entre o MinC e o MEC com as seguintes funções:

- 1.1 - Implantar cursos de licenciatura em Teatro em todos os estados da federação.
- 1.2 - Teatro como disciplina obrigatória na Educação Básica ministrada por professores com licenciatura em teatro.
- 1.3 - Criação e desenvolvimento de um programa de formação continuada de professores de artes, adequado à demanda específica.
- 1.4 - Implantação de um fórum nacional de ensino de teatro formal e não formal no país.
- 1.5 - Implantação de um fórum nacional para formular proposta unificada de curso de gestão cultural.
- 1.6 - Criar, dentro do MEC, um projeto de formação de público para o ensino superior.

2 Acessar recursos do FNDE para ações de formação na área de teatro.

3. Criação de parcerias entre a FUNARTE, o sistema "S" (SESC, SENAC, SESI, SEST-SENAT, SEBRAE, etc), FAT e as TVs públicas para a implantação de um programa nacional de treinamento técnico em teatro, elaboração de projetos e captação de recursos. **Proposta para o GTE Articulação e Gestão**

4. Criação continuada de programas de estímulo ao estudo e pesquisa de grupos e companhias teatrais. **Proposta para os GTTs Memória e Minc /Mec**

5. Estabelecer uma rede de projetos de formação de público (levar estudantes ao teatro) nas esferas: federal, estadual e municipal. **Proposta para o GTT Minc/Mec e GTE Articulação e Gestão**

## **DIFUSÃO – propostas para o GTE Fomento( Produção e Difusão)**

1. Garantir por lei um projeto de circulação e difusão do teatro no Brasil.
2. Subsídio federal a programas de circulação e difusão teatral, em parceria com estados e municípios.
3. Construir um programa nacional de difusão de teatro de rua, para democratizar o acesso do teatro à população.
4. Criar uma política de difusão sistemática, com calendário nacional unificado, que contemple a realização de mostras e festivais, nos níveis municipal, estadual, regional e nacional, com ênfase na formação (debates, seminários, palestras, oficinas).
5. Garantir o repasse de recursos para a realização de festivais e mostras teatrais em todo o país.

## **GESTÃO – GTE Articulação e Difusão**

1. Criar, em convênio com o IBGE ou outro órgão afim, uma pesquisa, em escala nacional, sobre as estatísticas do setor teatral, com os parâmetros fornecidos pela Câmara Setorial de Teatro.

## **TRIBUTAÇÃO – GTT Trabalhista e Tributária**

1. Criar uma Lei que vise à isenção fiscal para as atividades culturais.

## **MEMÓRIA – GTT Memória e Patrimônio**

1. Promover encontros entre pesquisadores, profissionais de teatro e instituições afins para elaborar política de memória do teatro brasileiro.
2. Criação de centros de referência estaduais e banco de informações na internet

Obs.: Sugere-se que a representação do Teatro no GTT Memória e Patrimônio leve a proposta de alteração do nome do GTT, que seria "**Geração e difusão de conhecimento, Memória e Patrimônio**"

Os Grupos de Trabalhos Específicos e suas representações são:

GTE	Titulares	Suplentes
Fomento (Produção e Difusão)	Marley Dackwardt, Antonio Bernardes e Oscar Roney A. Ramos	Suely Aquerlei e Ney Piacentini
Articulação e Gestão	Maria Eliza Gunther, Hirton Fernandes Jr. e Joana Abreu	Maria do Socorro Ferreira da Silva (Papoula)

## **6. Apresentação da proposta de criação dos Grupos de Temas**

### **Transversais**

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte e Coordenar das Câmaras Setoriais

Apresentou a proposta de criação dos Grupos de Temas Transversais – GTTs, como forma de encaminhamento direto das proposições elaboradas pelas Câmaras Setoriais ao longo de 2005 junto ao Ministério da Cultura, ao Ministério da Educação e demais órgãos do Governo Federal. Salientou a necessidade de reunião de representantes das diferentes Câmaras para debater o encaminhamento conjunto

de questões transversais, como é o caso dos Direitos Autorais. Embora somente a música tenha um sistema que efetivamente gera arrecadação, chegando a movimentar cerca de R\$ 400 milhões em 2005, esse é um tema de grande interesse para todos os setores das Câmaras (teatro, dança, circo, artes visuais e livro e leitura). Citou também o caso do enquadramento das produtoras de cultura no Sistema Simples como uma questão comum, bem como as propostas do campo da pesquisa

## **7. Eleição dos/as representantes da Câmara Setorial do Teatro para os GTTs**

A metodologia usada foi de auto-indicação ou indicação por afinidade ao tema e em casos de múltiplas escolhas fez-se votação nominal, somente dos/as integrantes da sociedade civil da Câmara.

<b>Grupo de Tema Transversal – GTT</b>	<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
Direitos Autorais	Oséas Borba neto	Marley Danckwardt
MINC/MEC	Marbo Giannaccini	Hirton Fernandes Júnior
Economia da Cultura	Gustavo Bartolozzi	Marcio Pimentel
Memória e Patrimônio	Maria do Socorro F.Silva (Papoula)	Maria Eliza Gunther
Questões Trabalhistas e Tributárias	Aluizio Cherobim	Oscar Roney A. Ramos

## **8. Encaminhamentos Finais**

Ficou deliberado que a participação da representante da Paraíba, Buda Lyra seja convidado para acompanhar o processo da Câmara Setorial e que no final deste ano seja incluída oficialmente a participação da Paraíba na Câmara setorial, uma vez que não será possível mudar a Portaria que criou as Câmaras neste ano.

Foi aprovado a Moção para o Fórum dos(as) Secretários(as) Estaduais de Cultura, que é:

“A Câmara Setorial do Teatro em reunião nos dias 19 e 20 de julho de 2006 aprovou moção ao Fórum de Secretários Estaduais de Cultura sugerindo que os Estados formulem lei de incentivo à cultura e os que já possuem tornem ativos tais programas.”

Câmara Setorial do Teatro.  
Brasília, 20 de julho de 2006.